

A Teologia Natural da Confissão de Fé de Westminster

Cornelius Van Til

O caráter diferenciador da teologia natural da Confissão de Fé de Westminster pode ser mais claramente apontado se mostrarmos o quão intimamente ela se mescla com a doutrina sobre a Escritura contida na Confissão. E isso talvez seja obtido com mais facilidade se for notado que, da mesma forma que a doutrina da Confissão acerca da Escritura se elabora sob noções definidas da sua necessidade, autoridade, suficiência e perspicuidade, a doutrina da Confissão acerca da revelação na natureza também se elabora sob noções correspondentes de necessidade, autoridade, suficiência e perspicuidade.

Por isso, algumas observações de caráter geral devem ser feitas a respeito dos conceitos de necessidade, autoridade, suficiência e perspicuidade, visto que eles se relacionam à doutrina da Confissão sobre a Escritura.

De acordo com a Confissão, a Escritura fala a respeito dos pecadores em termos de um pacto. Ela nos diz que o homem originalmente foi colocado na terra sob as condições de um pacto de obras. Ela também nos informa que o homem rompeu esse pacto de obras e que aprovou a Deus fazer um segundo pacto com os homens, de tal forma que eles pudessem ser salvos. Assim, a Escritura pode ser vista como a expressão escrita da relação pactual entre Deus e os homens.

As quatro características supracitadas da Escritura podem ser, então, vistas em relação a esse conceito pactual geral. A necessidade da Escritura reside no fato de que o homem quebrou o pacto de obras. Ele, portanto, precisa da graça de Deus. Não há discurso ou conhecimento da graça na natureza. Deus, assim, condescendeu revelá-la na Escritura.

A revelação da graça só pode ser vista pelo que é quando for vista à sua própria luz. A luz da graça é refletida na luz da natureza tal como a luz sol é refletida pela lua. O tipo de Deus que fala na Escritura só pode falar por autoridade própria. Então, a autoridade da Escritura é tão básica quanto a sua necessidade.

A essa necessidade e à autoridade, acrescenta-se a suficiência ou finalidade da Escritura. Quando o sol da graça já nasceu no horizonte do pecador, a “luz da natureza” brilha somente através de luz refletida. Mesmo quando há algumas “circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã,” elas devem ser ordenadas “segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas”. A luz da Escritura é essa luz superior que ilumina qualquer outra luz. É, também, a luz final. O pacto da graça de Deus é Seu pacto final com o ser humano. Seus termos podem de uma vez por todas ser finalmente registrados contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo.

À necessidade, autoridade e suficiência da Escritura deve-se, finalmente, acrescentar sua perspicuidade. A distribuição da graça de Deus depende, em última análise, da Sua vontade soberana, mas é mediada sempre pelos portadores da imagem e semelhança de Deus, dotados de responsabilidade. O ser de Deus Lhe é sempre claro e, por isso, Sua revelação aos pecadores é sempre inerentemente clara. Tanto as pessoas cultas como as simples, “no devido uso dos meios ordinários”, podem “obter uma suficiente compreensão” do pacto da graça de Deus revelado na Escritura.

Com essa visão ampla da Escritura em vista, voltemo-nos para a questão da revelação de Deus de Si mesmo na natureza. O primeiro ponto que requer reflexão aqui é o fato de que, de acordo com a própria Escritura, é o mesmo Deus que Se revela na natureza e na graça. O Deus que Se revela na natureza pode, portanto, ser descrito como “infinito em seu ser, glória, bem-aventurança e perfeição; todo-suficiente, eterno, imutável, insondável, onipresente, infinito em poder, sabedoria, santidade, justiça, misericórdia e clemência, longânimo e cheio de bondade e verdade”.¹ Observe, é pela Escritura – e não pela natureza – que essa descrição de Deus é obtida. Ainda assim, é o mesmo Deus que é revelado na natureza, até onde Ele é revelado.

Contemplar esse fato parece nos colocar em grande dificuldade. Não somos ensinados que a natureza nada revela sobre a graça de Deus? A Confissão não ensina que o homem não pode ser salvo a não ser pelo conhecimento de Deus, “por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas com a luz da natureza e com a lei da religião que professam”? A graça salvadora não se manifesta na natureza, mas, ainda assim, é o Deus da graça salvadora que Se manifesta por meio da natureza. Como ambas as proposições podem se harmonizar? A resposta a esse problema só pode se encontrar no fato de que Deus é “eterno, incompreensível..., completamente livre e absoluto”. Qualquer revelação que Deus dá de Si mesmo é, portanto, absolutamente voluntária. É justamente aqui que reside a união entre as várias formas da revelação de Deus. Sua revelação na natureza, juntamente com Sua revelação na Escritura, formam uma grande manifestação de Sua revelação pactual com o ser humano. Ambas as formas de revelação devem, portanto, ser vistas pressupondo e complementando umas às outras. São aspectos de uma filosofia geral da história.

Tradução: Lucas Grassi Freire (lgfreire@gmail.com)

Fonte: Esta é uma seção do seguinte artigo escrito por Van Til: “Nature and Scripture”, In: Professores do Seminário Teológico Westminster. *The Infallible Word: A Symposium* (Philadelphia: Presbyterian Guardian, 1946).

¹ N.T.: Van Til aqui cita não a Confissão de Fé de Westminster, mas o Catecismo Maior de Westminster, resposta à pergunta VII.